



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL - Licitação

LICITAÇÃO Nº. 00011/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO: MENOR PREÇO

Órgão Realizador do Certame:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI

RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, 35 - CENTRO - CUITEGI - PB.

CEP: 58208-000 - Tel: (083) 3681-1112.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 08.781.791/0001-46, doravante denominado simplesmente ORC, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Pregoeiro Oficial assessorado por sua Equipe de Apoio, as **14:00 horas do dia 22 de Março de 2017** no endereço acima indicado, licitação na modalidade Pregão Presencial nº 00011/2017, tipo menor preço; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 001/2013, de 29 de Janeiro de 2013, e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta para: **Locação de veículos e motocicletas destinados a atender Secretarias da Administração Municipal - Cuitegi/PB, exercício de 2017.**

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente licitação: **Locação de veículos e motocicletas destinados a atender Secretarias da Administração Municipal - Cuitegi/PB, exercício de 2017.**

1.2.As especificações do objeto ora licitado, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste Instrumento.

1.3.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, justifica-se pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica - Locação de veículos e motocicletas destinados a atender Secretarias da Administração Municipal - Cuitegi/PB, exercício de 2017, objetivando a prestação de serviços junto as Secretarias da Administração Municipal, tornando assim mais ágil o deslocamento e o transporte dos servidores da Administração Municipal em serviço bem como pela necessidade de transportar alunos para as escolas da rede municipal de ensino do nosso município e o transporte de alunos para cursinhos pré-vestibular e universidades, localizadas na cidade de Guarabira, considerado oportuno e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos

em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.4.Salienta-se que na referida contratação, não será concedido o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos das disposições contidas nos Arts. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123/2006, por estarem presentes, isolada ou simultaneamente, as situações previstas nos incisos II e III, do Art. 49, do mesmo diploma legal. Fica, no entanto, assegurado a ME e EPP o tratamento diferenciado e simplificado previsto nos demais Artigos do Capítulo V, Seção única, da LC nº. 123/2006.

2.0.DO LOCAL E DATA E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

2.1.Os envelopes contendo a documentação relativa à proposta de preços e a habilitação para execução do objeto desta licitação, deverão ser entregues ao Pregoeiro Oficial até as 14:00 horas do dia 22 de Março de 2017, no endereço constante do preâmbulo deste instrumento. Neste mesmo local, data e horário será realizada a sessão pública para abertura dos referidos envelopes.

2.2.Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 08:00 as 12:00 horas.

2.3.É facultado a qualquer pessoa - cidadão ou licitante - impugnar, solicitar esclarecimentos ou providências, referentes ao ato convocatório deste certame, se manifestadas por escrito e dirigida ao Pregoeiro, protocolizando o original até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para realização da respectiva sessão pública para abertura dos envelopes com as propostas, nos horários de expediente acima indicado, exclusivamente no seguinte endereço: Rua Nossa Senhora do Rosário, 35 - Centro - Cuitegi - PB.

2.4.Caberá ao Pregoeiro, auxiliada pelos setores responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a respectiva petição, respondendo ao interessado no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, considerados da data em que foi protocolizado o pedido.

3.0.DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1.Aos participantes, serão fornecidos os seguintes elementos:

3.1.1.ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES;

3.1.2.ANEXO II - MODELOS DE DECLARAÇÕES;

3.1.3.ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE - HABILITAÇÃO;

3.1.4.ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO;

3.2.A obtenção do instrumento convocatório será feita junto ao Pregoeiro, e quando for o caso, mediante o recolhimento da quantia abaixo indicada, correspondente ao custo de reprodução gráfica dos elementos: **fornecido gratuitamente**.

4.0.DO SUPORTE LEGAL

4.1.Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 001/2013, de 29 de Janeiro de 2013, e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada, que ficam fazem partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

5.0.DO PRAZO E DOTAÇÃO

5.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nos casos previstos pela Lei 8.666/93, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão da Ordem de Serviço:

Início: 1 (um) dia

Conclusão: 9 (nove) meses

5.2.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: 9 (nove) meses, considerado da data de sua assinatura;

5.3.As despesas decorrentes do objeto da presente licitação, correrão por conta da seguinte dotação:

ORÇAMENTO DE 2017 - RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO DE CUITEGI/FEDERAIS (RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO/RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE/RECURSOS ORDINÁRIOS/TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNDE/ TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNAS/ TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS/TRANSFERÊNCIA DO FUNDEB - OUTRAS) - 20.200 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - 04.122.1002.2005 - ELEMENTOS DE DESPESAS: 339036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA E 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; 20.300 - SECRETARIA DE FINANÇAS - 04.123.1002.2006 - ELEMENTOS DE DESPESAS: 339036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA E 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; 20.400 - SECRETARIA DE AGRICULTURA - 20.601.1002.2010 - ELEMENTOS DE DESPESAS: 339036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA E 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; 20.600 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - 12.361.0008.2013/12.361.0008.2014/12.361.1002.2015/12.366.0008.2018/12.361.0008.2025 - ELEMENTOS DE DESPESAS: 339036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA E 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; 20.700 - SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS - 15.451.1002.2027 - ELEMENTOS DE DESPESAS: 339036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA E 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; 20.900 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PREVIDENCIA SOCIAL - 08.244.1002.2037 - ELEMENTOS DE DESPESAS: 339036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA E 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; 21.000 - SECRETARIA DE TRANSPORTES - 26.782.1002.2042 - ELEMENTOS DE DESPESAS: 339036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA E 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; 40.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - 10.301.0004.2059/10.301.0004.2069 - ELEMENTOS DE DESPESAS: 339036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA E 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; 40.001 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO - 10.301.1002.2078 - ELEMENTOS DE DESPESAS: 339036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA E 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

6.0.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1.Os proponentes que desejarem participar deste certame deverão entregar ao Pregoeiro dois envelopes fechados indicando, respectivamente, PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTAÇÃO, devidamente identificados, acompanhados da respectiva declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, nos termos definidos neste instrumento convocatório.

6.2.A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

6.3.Não poderão participar os interessados que se encontrem sob o regime falimentar, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou que estejam cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com o ORC.

6.4.Não serão aceitos envelopes Propostas de Preços e Documentação enviados via postal. Hipótese em que os respectivos envelopes não serão aceitos e o licitante, portanto, desconsiderado para efeito de participação no certame.

6.5.Quando observada a ocorrência da entrega apenas dos envelopes junto ao Pregoeiro, sem a permanência de representante credenciado na respectiva sessão pública, ficará subentendido que o licitante abdicou da fase de lances verbais.

6.6.É vedada à participação em consórcio.

7.0.DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

7.1.0 licitante deverá se apresentar, para credenciamento junto ao Pregoeiro, quando for o caso, através de um representante, com os documentos que o credenciam a participar deste procedimento licitatório, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do certame na forma prevista neste instrumento, podendo ser substituído posteriormente por outro devidamente credenciado.

7.2. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

7.2.1. Tratando-se do representante legal: o instrumento constitutivo da empresa na forma da Lei, quando for o caso, devidamente registrado no órgão competente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

7.2.2. Tratando-se de procurador: a procuração por instrumento público ou particular da qual constem os necessários poderes para formular verbalmente lances, negociar preços, firmar declarações, desistir ou apresentar as razões de recurso e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame; acompanhada do correspondente instrumento de constituição da empresa, quando for o caso, que comprove os poderes do mandante para a outorga. Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida por cartório competente. E a procuração que não tiver prazo de validade, só será aceita se emitida no máximo de 12 (doze) meses da data de abertura do certame.

7.2.3.0 representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto.

7.3. Estes documentos deverão ser apresentados - antes do início da sessão pública - em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio.

7.4. A não apresentação ou ainda a incorreção insanável de qualquer dos documentos de credenciamento impedirá a participação ativa do representante do licitante no presente certame. Esta ocorrência não inabilitará o concorrente, apenas perderá o direito a manifestar-se nas correspondentes fases do processo licitatório. Para tanto, o Pregoeiro receberá regularmente do referido concorrente seus envelopes, declarações e outros elementos necessários à participação no certame, desde que apresentados na forma definida neste instrumento.

7.5. No momento de abertura da sessão pública, cada licitante, por intermédio do seu representante devidamente credenciado apresentará, em separado de qualquer dos envelopes, a seguinte documentação:

7.5.1. Declaração de Elaboração Independente de Proposta - Anexo II.

7.5.2. Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo - Anexo III.

7.5.3. Comprovação de que o licitante se enquadra nos termos do Art. 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo considerada microempresa ou empresa de pequeno porte e recebendo, portanto, tratamento diferenciado e simplificando na forma definida pela legislação vigente. Tal comprovação poderá ser feita através da apresentação de qualquer um dos seguintes documentos, a critério do licitante: a) declaração expressa, assinada pelo responsável legal da empresa e por profissional da área contábil, devidamente habilitado com a apresentação da Certidão - CRC, do contador com validade para o certame; b) certidão simplificada, Termo de Enquadramento de MICRO EMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE, emitida pela junta comercial da sede do licitante ou equivalente, na forma da legislação pertinente. A ausência da referida declaração ou certidão simplificada não é suficiente motivo para a inabilitação do licitante, apenas perderá, durante o presente certame, o direito ao tratamento diferenciado e simplificado dispensado a ME ou EPP, previstos na Lei Complementar 123/06.

7.5.4.0 licitante poderá a seu critério apresentar a documentação para autenticação pelo Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio até 01 (um) dia antes da abertura do certame, no horário normal de expediente apresentando também os originais para a sua conferência. E, em hipótese alguma será autenticado

documento no dia de realização do certame, com exceção de documento oficial com foto.

8.0.DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1.A proposta deverá ser apresentada em 01(uma) via, dentro de envelope lacrado, contendo as seguintes indicações no anverso:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI
PROPOSTA DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 00011/2017
NOME PROPONENTE
ENDEREÇO E CNPJ/CPF DO PROPONENTE

O ENVELOPE PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter os seguintes elementos:

8.2.Proposta elaborada em consonância com as especificações constantes deste instrumento e seus elementos - Anexo I, em papel timbrado da empresa quando for o caso, devidamente assinada por seu representante, contendo no correspondente item cotado: discriminação, marca e outras características se necessário, o quantitativo e os valores unitário e total expressos em algarismos.

8.3.Será cotado um único preço, marca, para cada item, com a utilização de duas casas decimais. Indicações em contrário estão sujeitas a correções observando-se os seguintes critérios:

8.3.1.Falta de dígitos: serão acrescidos zeros;

8.3.2.Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que 5, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais itens excedentes suprimidos.

8.4.No caso de aquisição de bens, a quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, não deverá ser inferior a 100% da estimativa detalhada no correspondente Termo de Referência - Anexo I. Disposição em contrário não desclassifica automaticamente a proposta apenas o respectivo item será desconsiderado.

8.5.A Proposta deverá ser redigida em língua portuguesa e em moeda nacional, elaborada com clareza, sem alternativas, rasuras, emendas e/ou entrelinhas. Suas folhas rubricadas e a última datada e assinada pelo responsável, com indicação: do valor total da proposta em algarismos, dos prazos de entrega ou execução, das condições de pagamento, da sua validade que não poderá ser inferior a 60 dias e outras informações e observações pertinentes que o licitante julgar necessárias.

8.6.Existindo discrepância entre o preço unitário e o valor total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá.

8.7.Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo produto ou serviço, prevalecerá o de menor valor.

8.8.No caso de alterações necessárias da proposta feitas pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, decorrentes exclusivamente de incorreções na unidade de medida utilizada, observada a devida proporcionalidade, bem como na multiplicação e/ou soma de valores, prevalecerá o valor corrigido.

8.9.A não indicação na proposta dos prazos de entrega ou execução, das condições de pagamento ou de sua validade, ficará subentendido que o licitante aceitou integralmente as disposições do instrumento convocatório e, portanto, serão consideradas as determinações nele contidas para as referidas exigências não sendo suficiente motivo para a desclassificação da respectiva proposta.

8.10.É facultado ao licitante, apresentar a proposta no próprio modelo fornecido pelo ORC, desde que esteja devidamente preenchido.

8.11.Nas licitações para aquisição de mercadorias o participante indicará a origem dos produtos ofertados. A eventual falta da referida indicação não desclassificará o licitante.

8.12.0 licitante deverá apresentar 01 (um) documento em seu nome do veículo e/ou motocicleta para cada item cotado ou apresentar contrato de locação com firma reconhecida em cartório público assim como a CNH do motorista do veículo e/ou motocicleta em conformidade com a Legislação vigente.

8.13.Serão desclassificadas as propostas que deixarem de atender as disposições deste instrumento.

9.0.DA HABILITAÇÃO

9.1.Os documentos necessários à habilitação dos licitantes, deverão ser apresentados em 01 (uma) via, dentro de envelope lacrado, contendo as seguintes indicações no anverso:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI
DOCUMENTAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 00011/2017
NOME PROPONENTE
ENDEREÇO E CNPJ/CPF DO PROPONENTE

M I N U T A

O ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO deverá conter os seguintes elementos:

M I N U T A

9.2.PESSOA JURÍDICA:

9.2.1.Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ.

9.2.2.Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, e em se tratando de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

9.2.3.Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social apresentados na forma da Lei, com indicação das páginas correspondentes do livro diário em que o mesmo se encontra, bem como apresentação dos competentes termos de abertura e encerramento, assinados por profissional habilitado, com a apresentação da Certidão - CRC, do contador com validade para o certame e devidamente registrados na junta comercial competente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

9.2.3.1.As empresas enquadradas como MICRO EMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE, estão isentas da apresentação do BALANÇO PATRIMONIAL exigido no item 9.2.3. do edital da licitação supra.

9.2.4.Regularidade para com a Fazenda Federal - certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

9.2.5.Certidões negativas das Fazendas Estadual e Municipal da sede do licitante ou outro equivalente na forma da Lei.

9.2.6.Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS-CRF, apresentando a correspondente certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal.

9.2.7.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.2.8.Declaração do licitante: de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal - Art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93; de superveniência de fato impeditivo no que diz respeito à participação na licitação; e de submeter-se a todas as cláusulas e condições do presente instrumento convocatório, conforme modelo - Anexo II.

9.2.9.Certidão negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas.

9.2.10.Comprovação de capacidade de desempenho anterior satisfatório, de atividade igual ou assemelhada ao objeto da licitação, feita através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

9.3.PESSOA FÍSICA:

9.3.1.Inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF e a Cédula de Identidade - RG.

9.3.2.Regularidade para com a Fazenda Federal - certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

9.3.3.Certidão negativa da Fazenda Municipal da sede do ORC - Município de Cuitegi.

9.3.4. Certidão negativa da Fazenda Estadual.

9.3.5.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.3.6.Declaração do licitante: de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal - Art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93; de superveniência de fato impeditivo no que diz respeito à participação na licitação; e de submeter-se a todas as cláusulas e condições do presente instrumento convocatório, conforme modelo - Anexo II.

9.4.Os documentos de Habilitação deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por um índice correspondente, podendo ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio ou publicação em órgão da imprensa oficial, quando for o caso. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas, dentro do prazo de validade, e encerrados em envelope devidamente lacrado e indevassável. Por ser apenas uma formalidade que visa facilitar os trabalhos, a ausência do índice de que trata este item, não inabilitará o licitante.

9.5.A falta de qualquer documento exigido, o seu vencimento, a ausência das cópias devidamente autenticadas ou das vias originais para autenticação pelo Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio ou da publicação em órgão na imprensa oficial, a apresentação de documentos de habilitação fora do envelope específico, tornará o respectivo licitante inabilitado. Quando o documento for obtido via Internet sua legalidade será comprovada nos endereços eletrônicos correspondentes. Poderão ser utilizados, a critério do Pregoeiro os documentos cadastrais de fornecedores, constantes dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelos licitantes, quando for o caso.

9.5.1. O licitante poderá a seu critério apresentar a documentação para autenticação pelo Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio até 01 (um) dia antes da abertura do certame, no horário normal de expediente apresentando também os originais para a sua conferência. E, em hipótese alguma será autenticado documento no dia de realização do certame, com exceção de documento oficial com foto.

10.0.DO CRITÉRIO PARA JULGAMENTO

10.1.Na seleção inicial das propostas para identificação de quais irão passar a fase de lances verbais e na classificação final, observadas as exigências e procedimentos definidos neste instrumento convocatório, será considerado o critério de menor preço apresentado para o correspondente item.

10.2.Havendo igualdade de valores entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto nos Arts. 44 e 45 da Lei Complementar 123/06 e no Art. 3º, §2º, da Lei Federal 8.666/93, a classificação se fará através de sorteio.

10.3.Na presente licitação será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

10.4.Para efeito do disposto neste instrumento, entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 05% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.

10.5.Ocorrendo a situação de empate conforme acima definida, proceder-se-á da seguinte forma:

10.5.1.A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão

10.5.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item anterior, serão convocadas as demais remanescentes que por ventura se enquadrem na situação de empate acima definida, na ordem de classificação, para exercício do mesmo direito;

10.5.3. No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido como situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.6. Na hipótese de não-contratação nos termos acima previstos, em que foi observada a situação de empate e assegurado o tratamento diferenciado a microempresa e empresa de pequeno porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.7. A situação de empate, na forma acima definida, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.0. DA ORDEM DOS TRABALHOS

11.1. Para o recebimento dos envelopes e início dos trabalhos será observada uma tolerância de 15 (quinze) minutos após o horário fixado. Encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito.

11.2. Declarada aberta à sessão pública pelo Pregoeiro, será efetuado o devido credenciamento dos interessados. Somente participará ativamente da reunião um representante de cada licitante, podendo, no entanto, ser assistida por qualquer pessoa que se interessar.

11.3. O não comparecimento do representante de qualquer dos licitantes não impedirá a efetivação da reunião, sendo que, a simples participação neste certame implica na total aceitação de todas as condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório e seus anexos.

11.4. Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação de documentação e/ou substituição dos envelopes ou de qualquer elemento exigido e não apresentado na reunião destinada ao recebimento das propostas de preços.

11.5. O Pregoeiro receberá de cada representante os envelopes Proposta de Preços e Documentação e a declaração, separada de qualquer dos envelopes, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

11.6. Posteriormente abrirá os envelopes Propostas de Preços, rubricará o seu conteúdo juntamente com a sua Equipe de Apoio, conferindo-as quanto à validade e cumprimento das exigências constantes no instrumento convocatório e solicitará dos licitantes que examinem a documentação neles contidas.

11.7. Prosseguindo os trabalhos, o Pregoeiro analisará os documentos e as observações porventura formuladas pelos licitantes, dando-lhes ciência, em seguida, da classificação inicial, indicando a proposta de menor preço e aquelas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor valor, para cada item cotado. Entretanto, se assim julgar necessário, poderá divulgar o resultado numa nova reunião.

11.8. Não havendo para cada item licitado pelo menos três propostas nas condições acima definidas, serão classificadas as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

11.9. Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos representantes dos licitantes inicialmente classificados, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta de maior preço. Serão realizadas tantas rodadas de lances verbais quantas se fizerem necessárias. Esta etapa poderá ser interrompida, marcando-se uma nova sessão pública para continuidade dos trabalhos, a critério do Pregoeiro.

11.10. Não serão aceitos lances com valores irrisórios, incompatíveis com o valor orçado, e deverão ser efetuados em unidade monetária nacional. A desistência em apresentar lance verbal, quando convidado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante apenas da etapa de lances verbais para o

correspondente item cotado e na manutenção do último preço apresentado, para efeito de classificação final das propostas.

11.11.Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

11.12.Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação somente do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias. Constatado o atendimento pleno das exigências fixadas no instrumento convocatório, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o respectivo item, objeto deste certame, após o transcurso da competente fase recursal, quando for o caso.

11.13.Se a oferta não for aceitável ou se o licitante não atender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as disposições do instrumento convocatório.

11.14.Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas todas as ocorrências e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e licitantes presentes.

11.15.Em decorrência da Lei Complementar 123/06, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, observando-se o seguinte procedimento:

11.15.1.As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de Habilitação e integrantes do envelope Documentação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

11.15.2.Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério do ORC, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

11.15.3.A não-regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81, da Lei 8.666/93, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

12.0.DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

12.1.Havendo proposta com valor unitário manifestamente inexecutável nos termos do Art. 48, II, da Lei 8.666/93, o mesmo será desconsiderado. Esta ocorrência não desclassifica automaticamente a proposta, quando for o caso, apenas o item correspondente, relacionado no Anexo I - Termo de Referência -, na coluna código.

13.0.DOS RECURSOS

13.1.Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, observando-se o disposto no Art. 4º, Inciso XVIII, da Lei Federal nº. 10.520.

13.2.O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.3.A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

13.4.Decididos os recursos, a autoridade superior do ORC fará a adjudicação do objeto da licitação ao proponente vencedor.

13.5.0 recurso será dirigido à autoridade superior do ORC, por intermédio do Pregoeiro, devendo ser protocolizado o original, nos horários normais de expediente das 08:00 as 12:00 horas, exclusivamente no seguinte endereço: Rua Nossa Senhora do Rosário, 35 - Centro - Cuitegi - PB.

14.0.DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

14.1.Concluído a fase competitiva, ordenada às propostas apresentadas, analisada a documentação de habilitação e observados os recursos porventura interpostos na forma da legislação vigente, o Pregoeiro emitira relatório conclusivo dos trabalhos desenvolvidos no certame, remetendo-o a autoridade superior do ORC, juntamente com os elementos constitutivos do processo, necessários à Adjudicação e Homologação da respectiva licitação, quando for o caso.

14.2.A autoridade superior do ORC poderá, no entanto, tendo em vista sempre a defesa dos interesses do ORC, discordar e deixar de homologar, total ou parcialmente, o resultado apresentado pelo Pregoeiro, revogar ou considerar nula a Licitação, desde que apresente a devida fundamentação exigida pela legislação vigente, resguardados os direitos dos licitantes.

15.0.DO CONTRATO

15.1.Após a homologação pela autoridade superior do ORC, o adjudicatário será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, assinar o respectivo contrato, quando for o caso, elaborado em conformidade com as modalidades permitidas pela Lei 8.666/93, podendo o mesmo sofrer alterações na forma definida pela referida Lei.

15.2.Não atendendo à convocação para assinar o contrato, e ocorrendo esta dentro do prazo de validade de sua proposta, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.

15.3.É permitido ao ORC, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinatura do contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor.

15.4.0 contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Arts. 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93.

15.5.0 Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.0.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1.Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e de sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

16.2.A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93: a - advertência; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora contratado; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d - simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93 e na Lei 10.520/02.

16.3. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

16.4. Após a aplicação de quaisquer das penalidades previstas, realizar-se-á comunicação escrita ao Contratado, e publicado na imprensa oficial, excluídas as penalidades de advertência e multa de mora quando for o caso, constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.

17.0. DO RECEBIMENTO OU COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

17.1.0 recebimento ou a comprovação de execução pelo ORC do objeto licitado, observadas suas características, se fará mediante recibo ou equivalente emitido por funcionário ou comissão específica devidamente designados, após a verificação da quantidade, qualidade e outros aspectos inerentes nos termos deste instrumento, das normas técnicas e legislação pertinentes, e consequente aceitação.

18.0. DO PAGAMENTO

18.1.0 pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, da seguinte maneira: **Mensal**.

18.2.0 desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

18.3. Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

19.0. DO REAJUSTAMENTO

19.1.0s preços contratados são fixos pelo período de um ano, exceto para os casos previstos no Art. 65, §§ 5º e 6º, da Lei 8.666/93.

19.2.0 ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 65, Inciso II, Alínea d, da Lei 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Locador.

20.0. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Não será devida aos proponentes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao certame, qualquer tipo de indenização.

20.2. Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.

20.3. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

20.4. Caso as datas previstas para a realização dos eventos da presente licitação sejam declaradas feriado, e não havendo ratificação da convocação, ficam transferidos automaticamente para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora anteriormente previstos.

20.5. Ocorrendo a supressão de serviços, se o Contratado já houver adquirido os materiais e postos no local de trabalho, os mesmos deverão ser pagos pelo ORC, pelo preço de aquisição regularmente comprovado, desde que sejam de boa qualidade e aceitos pela fiscalização.

20.6. Os preços unitários para a realização de novos serviços surgidos durante a execução do contrato, serão propostos pelo Contratado e submetidos à apreciação do ORC. A execução dos serviços não previstos será regulada pelas condições e cláusulas do contrato original.

20.7.0 ORC por conveniência administrativa ou técnica, se reserva no direito de paralisar a qualquer tempo a execução dos serviços, cientificando devidamente o Contratado.

20.8. Decairá do direito de impugnar perante o ORC nos termos do presente instrumento, aquele que, tendo-o aceitado sem objeção, venha a apresentar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciaram hipótese em que tal comunicado não terá efeito de recurso.

20.9. Nos valores apresentados pelos licitantes, já deverão estar incluídos os custos com aquisição de material, mão-de-obra utilizada, impostos, encargos, fretes e outros que venham a incidir sobre os respectivos preços.

20.10. Este instrumento convocatório e todos os seus elementos constitutivos, estão disponibilizados em meio magnético, podendo ser obtidos junto ao Pregoeiro, observados os procedimentos definidos pelo ORC.

20.11. As dúvidas surgidas após a apresentação das propostas e os casos omissos neste instrumento, ficarão única e exclusivamente sujeitos a interpretação do Pregoeiro, sendo facultada ao mesmo ou a autoridade superior do ORC, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

20.12. Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Comarca de Guarabira.

Cuitegi - PB, 06 de Março de 2017.

JADIR FERNANDES DA ROCHA
Pregoeiro Oficial



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO I - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00011/2017

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES

1.0. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação: Locação de veículos e motocicletas destinados a atender Secretarias da Administração Municipal - Cuitegi/PB, exercício de 2017.

2.0. JUSTIFICATIVA

2.1. Considerando as necessidades do ORC, tem o presente termo a finalidade de definir, técnica e adequadamente, os procedimentos necessários para viabilizar a contratação em tela. As características e especificações do objeto ora licitado são:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO PASSEIO, ANO E MODELO A PARTIR DE 2005, COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE TRANSPORTE DE 05 PASSAGEIROS, PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO BÁSICO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA COMUNIDADE DE ORIGEM: SÍTIO POÇO ESCURO À SEDE DO MUNICÍPIO DE CUITEGI E VICE VERSA, TURNO NOITE, PERÍODO DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA.	MÊS	9	2.310,00	20.790,00
2	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO PASSEIO, ANO E MODELO A PARTIR DE 2010, COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE TRANSPORTE DE 05 PASSAGEIROS, PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS PARA CURSINHOS/UNIVERSIDADE DA COMUNIDADE DE ORIGEM: SÍTIO MALHADA - ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE CUITEGI PARA A CIDADE DE GUARABIRA E VICE VERSA, TURNO NOITE, PERÍODO DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA.	VIAGEM	225	60,00	13.500,00
3	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, COM MOTORISTA, ANO E MODELO A PARTIR DE 1990, COMBUSTÍVEL FORNECIDO PELA PMC, MOVIDO À ÓLEO DIESEL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE TRANSPORTE DE 44 PASSAGEIROS, PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DO	MÊS	9	3.660,00	32.940,00

	ENSINO BÁSICO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA COMUNIDADE DE ORIGEM: SÍTIO MALHADA, VIA SÍTIO BARRA, VIA SÍTIO CHÃ DO BODEIRO, VIA CONJUNTO ROBERTO PAULINO À SEDE DO MUNICÍPIO DE CUITEGI E VICE VERSA, TURNOS MANHÃ E TARDE, PERÍODO DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA.				
4	LOCAÇÃO DE VEÍCULO, TIPO VAN, ANO E MODELO A PARTIR DE 1998, COM MOTORISTA, COMBUSTÍVEL FORNECIDO PELA PMC, CAPACIDADE MÍNIMA DE TRANSPORTE DE 12 PASSAGEIROS, MOVIDO À DIESEL, À SERVIÇO DAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI.	KM	50000	1,42	71.000,00
5	LOCAÇÃO DE 01 VEÍCULO TIPO PASSEIO, 1.0CC, ANO E MODELO A PARTIR DE 2014, C/05 PORTAS, C/AR CONDICIONADO, COM MOTORISTA, MOVIDO À ÁLCOOL/GASOLINA, COMBUSTÍVEL FORNECIDO PELA PMC, DESTINADO AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI.	KM	30000	0,52	15.600,00
6	LOCAÇÃO DE 01 VEÍCULO TIPO PASSEIO, 1.0CC, ANO E MODELO A PARTIR DE 2000, C/05 PORTAS, S/AR CONDICIONADO, COM MOTORISTA, MOVIDO À ÁLCOOL/GASOLINA, COMBUSTÍVEL FORNECIDO PELA PMC, PERÍODO DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA, DESTINADO A SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO.	MÊS	9	2.200,00	19.800,00
7	LOCAÇÃO DE 01 VEÍCULO TIPO PASSEIO, 1.0CC, ANO E MODELO A PARTIR DE 2010, C/05 PORTAS, S/AR CONDICIONADO, COM MOTORISTA, MOVIDO À ÁLCOOL/GASOLINA, COMBUSTÍVEL FORNECIDO PELA PMC, PERÍODO DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA, À SERVIÇO DA SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO PARA ATEDER O PROGRAMA DO NASF.	MÊS	9	2.200,00	19.800,00
8	LOCAÇÃO DE 01 VEÍCULO TIPO PASSEIO, 1.0CC, ANO E MODELO A PARTIR DE 2010, C/05 PORTAS, S/AR CONDICIONADO, COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL, MOVIDO À GASOLINA, PERÍODO: SEGUNDAS, QUARTAS E SEXTAS-FEIRAS, DESTINADO AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.	MÊS	9	1.400,00	12.600,00
9	LOCAÇÃO DE 01 VEÍCULO TIPO PASSEIO, 1.0CC, ANO E MODELO A PARTIR DE 2010, C/05 PORTAS, S/AR CONDICIONADO, COM MOTORISTA, MOVIDO À ÁLCOOL/GASOLINA, COMBUSTÍVEL FORNECIDO PELA PMC, PERÍODO: SEGUNDA À SEXTA-FEIRA,	MÊS	9	2.200,00	19.800,00

	DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.				
10	LOCAÇÃO DE 01 VEÍCULO TIPO CAMINHÃO CAÇAMBA, COM MOTORISTA, MOVIDO A ÓLEO DIESEL, COMBUSTÍVEL FORNECIDO PELA PMC, PERÍODO MENSAL, DESTINADO A SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CUITEGI.	MÊS	9	3.620,00	32.580,00
11	LOCAÇÃO DE 01 VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA, A PARTIR DE 100/CI, ANO E MOD. A PARTIR DE 2000, COM MOTOQUEIRO E COMBUSTÍVEL, MOVIDO À GASOLINA, PERÍODO DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA, DESTINADO AO TRANSPORTE DA PROFESSORA IVÂNIA MARIA DA SILVA LIMA, DA SEDE DO MUNICÍPIO DE CUITEGI AO SÍTIO PALMEIRA E VICE VERSA, NO TURNO DA MANHÃ (ESCOLA MUNICIPAL CAROLINA DE FARIAS PIMENTEL). E O TRANSPORTE DO PROFESSOR JOSIVALDO ALBUQUERQUE DE LIRA, DA SEDE DO MUNICÍPIO DE CUITEGI AO SÍTIO PALMEIRA E VICE VERSA, NO TURNO DA TARDE (ESCOLA MUNICIPAL CAROLINA DE FARIAS PIMENTEL)	MÊS	9	940,00	8.460,00
12	LOCAÇÃO DE 01 VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO, ANO E MODELO A PARTIR DE 1990, S/AR CONDICIONADO, COM MOTORISTA, MOVIDO A ÁLCOOL E/OU GASOLINA, COMBUSTÍVEL FORNECIDO PELA PMC, NOS DIAS SEGUNDAS E QUARTAS-FEIRAS, DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.	MÊS	9	1.140,00	10.260,00
13	LOCAÇÃO DE 01 VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA, ANO E MODELO A PARTIR DE 2000, A PARTIR DE 100/CI, COM MOTOQUEIRO E COMBUSTÍVEL, MOVIDO À GASOLINA, DESTINADO AO TRANSPORTE DA PROFESSORA IVÂNIA MARIA DA SILVA LIMA, DA SEDE DO MUNICÍPIO DE CUITEGI AO SÍTIO PALMEIRA E VICE VERSA, NO TURNO DA TARDE NA TERÇA E QUITA FEIRA PARA AULA DE REFORÇO DOS ALUNOS (ESCOLA MUNICIPAL CAROLINA DE FARIAS PIMENTEL).	MÊS	9	400,00	3.600,00
14	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO PASSEIO, ANO E MODELO A PARTIR DE 2008, COM MOTORISTA, E O COMBUSTÍVEL FORNECIDO PELA PMC, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE TRANSPORTE DE 05 PASSAGEIROS, PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DO SÍTIO SAPUCAIA AO SÍTIO PALMEIRAS E VICE VERSA, TURNOS MANHÃ E TARDE, PERÍODO DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA ESCOLA MUNICIPAL ESTELINA	MÊS	9	1.460,00	13.140,00

	LEOPOLDINA.				
15	LOCAÇÃO DE 01 VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA, A PARTIR DE 100/CI, ANO E MODELO A PARTIR DE 2000, COM MOTOQUEIRO E COMBUSTÍVEL, MOVIDO À GASOLINA, PERÍODO DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA, DESTINADO AO TRANSPORTE DE PROFESSOR(A), DA SEDE DO MUNICÍPIO DE CUITEGI AO SÍTIO PALMEIRA E VICE VERSA (ESCOLA MUNICIPAL CAROLINA DE FARIAS PIMENTEL), NO TURNO DA MANHÃ E DA TARDE.	MÊS	9	530,00	4.770,00
				Total	298.640,00

3.0. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

3.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

3.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento.

3.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

3.4. Manter, durante a vigência do contrato ou instrumentos equivalente, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, se for o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

3.5. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.

3.6. Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

4.0. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

4.1. Havendo proposta com valor unitário superior ao estimado pelo ORC ou manifestamente inexeqüível nos termos do Art. 48, II, da Lei 8.666/93, o mesmo será desconsiderado. Esta ocorrência não desclassifica automaticamente a proposta, quando for o caso, apenas o item correspondente, relacionado neste anexo, na coluna código.

4.2. O valor estimado que o ORC se propõe a pagar pelo objeto ora licitado - Valor de Referência -, está acima indicado.

4.3. Os lances verbais serão efetuados em unidade monetária nacional.

5.0. MODELO DA PROPOSTA

5.1. É parte integrante deste Termo de Referência o modelo de proposta de preços correspondente, podendo o licitante apresentar a sua proposta no próprio modelo fornecido, desde que seja devidamente preenchido, conforme faculta o instrumento convocatório - Anexo 01.

Cuitegi - PB, 06 de Março de 2017.

JADIR FERNANDES DA ROCHA
Pregoeiro Oficial



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00011/2017

PROPOSTA

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 00011/2017

OBJETO: Locação de veículos e motocicletas destinados a atender Secretarias da Administração Municipal - Cuitegi/PB, exercício de 2017.

PROPONENTE:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO PASSEIO, ANO E MODELO A PARTIR DE 2005, COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE TRANSPORTE DE 05 PASSAGEIROS, PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO BÁSICO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA COMUNIDADE DE ORIGEM: SÍTIO POÇO ESCURO À SEDE DO MUNICÍPIO DE CUITEGI E VICE VERSA, TURNO NOITE, PERÍODO DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA.	MÊS	9		
2	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO PASSEIO, ANO E MODELO A PARTIR DE 2010, COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE TRANSPORTE DE 05 PASSAGEIROS, PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS PARA CURSINHOS/UNIVERSIDADE DA COMUNIDADE DE ORIGEM: SÍTIO MALHADA - ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE CUITEGI PARA A CIDADE DE GUARABIRA E VICE VERSA, TURNO NOITE, PERÍODO DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA.	VIAGEM	225		
3	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, COM MOTORISTA, ANO E MODELO A PARTIR DE 1990, COMBUSTÍVEL FORNECIDO PELA PMC, MOVIDO À ÓLEO DIESEL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE TRANSPORTE DE	MÊS	9		

	44 PASSAGEIROS, PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO BÁSICO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA COMUNIDADE DE ORIGEM: SÍTIO MALHADA, VIA SÍTIO BARRA, VIA SÍTIO CHÃ DO BODEIRO, VIA CONJUNTO ROBERTO PAULINO À SEDE DO MUNICÍPIO DE CUITEGI E VICEVERSA, TURNOS MANHÃ E TARDE, PERÍODO DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA.				
4	LOCAÇÃO DE VEÍCULO, TIPO VAN, ANO E MODELO A PARTIR DE 1998, COM MOTORISTA, COMBUSTÍVEL FORNECIDO PELA PMC, CAPACIDADE MÍNIMA DE TRANSPORTE DE 12 PASSAGEIROS, MOVIDO À DIESEL, À SERVIÇO DAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI.	KM	50000		
5	LOCAÇÃO DE 01 VEÍCULO TIPO PASSEIO, 1.0CC, ANO E MODELO A PARTIR DE 2014, C/05 PORTAS, C/AR CONDICIONADO, COM MOTORISTA, MOVIDO À ÁLCOOL/GASOLINA, COMBUSTÍVEL FORNECIDO PELA PMC, DESTINADO AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI.	KM	30000		
6	LOCAÇÃO DE 01 VEÍCULO TIPO PASSEIO, 1.0CC, ANO E MODELO A PARTIR DE 2000, C/05 PORTAS, S/AR CONDICIONADO, COM MOTORISTA, MOVIDO À ÁLCOOL/GASOLINA, COMBUSTÍVEL FORNECIDO PELA PMC, PERÍODO DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA, DESTINADO A SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO.	MÊS	9		
7	LOCAÇÃO DE 01 VEÍCULO TIPO PASSEIO, 1.0CC, ANO E MODELO A PARTIR DE 2010, C/05 PORTAS, S/AR CONDICIONADO, COM MOTORISTA, MOVIDO À ÁLCOOL/GASOLINA, COMBUSTÍVEL FORNECIDO PELA PMC, PERÍODO DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA, À SERVIÇO DA SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO PARA ATENDER O PROGRAMA DO NASF.	MÊS	9		
8	LOCAÇÃO DE 01 VEÍCULO TIPO PASSEIO, 1.0CC, ANO E MODELO A PARTIR DE 2010, C/05 PORTAS, S/AR CONDICIONADO, COM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL, MOVIDO À GASOLINA, PERÍODO: SEGUNDAS, QUARTAS E SEXTAS-FEIRAS, DESTINADO AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.	MÊS	9		
9	LOCAÇÃO DE 01 VEÍCULO TIPO PASSEIO, 1.0CC, ANO E MODELO A PARTIR DE 2010, C/05 PORTAS, S/AR CONDICIONADO, COM MOTORISTA, MOVIDO À ÁLCOOL/GASOLINA, COMBUSTÍVEL FORNECIDO PELA PMC, PERÍODO: SEGUNDA À SEXTA-FEIRA, DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.	MÊS	9		
10	LOCAÇÃO DE 01 VEÍCULO TIPO CAMINHÃO	MÊS	9		

	CAÇAMBA, COM MOTORISTA, MOVIDO A ÓLEO DIESEL, COMBUSTÍVEL FORNECIDO PELA PMC, PERÍODO MENSAL, DESTINADO A SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CUITEGI.				
11	LOCAÇÃO DE 01 VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA, A PARTIR DE 100/CI, ANO E MOD. A PARTIR DE 2000, COM MOTOQUEIRO E COMBUSTÍVEL, MOVIDO À GASOLINA, PERÍODO DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA, DESTINADO AO TRANSPORTE DA PROFESSORA IVÂNIA MARIA DA SILVA LIMA, DA SEDE DO MUNICÍPIO DE CUITEGI AO SÍTIO PALMEIRA E VICE VERSA, NO TURNO DA MANHÃ (ESCOLA MUNICIPAL CAROLINA DE FARIAS PIMENTEL). E O TRANSPORTE DO PROFESSOR JOSIVALDO ALBUQUERQUE DE LIRA, DA SEDE DO MUNICÍPIO DE CUITEGI AO SÍTIO PALMEIRA E VICE VERSA, NO TURNO DA TARDE (ESCOLA MUNICIPAL CAROLINA DE FARIAS PIMENTEL)	MÊS		9	
12	LOCAÇÃO DE 01 VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO, ANO E MODELO A PARTIR DE 1990, S/AR CONDICIONADO, COM MOTORISTA, MOVIDO A ÁLCOOL E/OU GASOLINA, COMBUSTÍVEL FORNECIDO PELA PMC, NOS DIAS SEGUNDAS E QUARTAS-FEIRAS, DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.	MÊS		9	
13	LOCAÇÃO DE 01 VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA, ANO E MODELO A PARTIR DE 2000, A PARTIR DE 100/CI, COM MOTOQUEIRO E COMBUSTÍVEL, MOVIDO À GASOLINA, DESTINADO AO TRANSPORTE DA PROFESSORA IVÂNIA MARIA DA SILVA LIMA, DA SEDE DO MUNICÍPIO DE CUITEGI AO SÍTIO PALMEIRA E VICE VERSA, NO TURNO DA TARDE NA TERÇA E QUITA FEIRA PARA AULA DE REFORÇO DOS ALUNOS (ESCOLA MUNICIPAL CAROLINA DE FARIAS PIMENTEL).	MÊS		9	
14	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO PASSEIO, ANO E MODELO A PARTIR DE 2008, COM MOTORISTA, E O COMBUSTÍVEL FORNECIDO PELA PMC, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE TRANSPORTE DE 05 PASSAGEIROS, PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DO SÍTIO SAPUCAIA AO SÍTIO PALMEIRAS E VICE VERSA, TURNOS MANHÃ E TARDE, PERÍODO DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA ESCOLA MUNICIPAL ESTELINA LEOPOLDINA.	MÊS		9	
15	LOCAÇÃO DE 01 VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA, A PARTIR DE 100/CI, ANO E MODELO A PARTIR DE 2000, COM MOTOQUEIRO E COMBUSTÍVEL, MOVIDO À GASOLINA, PERÍODO DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA, DESTINADO AO	MÊS		9	

	TRANSPORTE DE PROFESSOR(A), DA SEDE DO MUNICÍPIO DE CUITEGI AO SÍTIO PALMEIRA E VICE VERSA (ESCOLA MUNICIPAL CAROLINA DE FARIAS PIMENTEL), NO TURNO DA MANHÃ E DA TARDE.				
--	--	--	--	--	--

VALOR TOTAL DA PROPOSTA - R\$

PRAZO - Item 5.0:

PAGAMENTO - Item 18.0:

VALIDADE DA PROPOSTA - Item 8.0:

_____ / _____ de _____ de _____

Responsável

CNPJ



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO II - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00011/2017

MODELOS DE DECLARAÇÕES

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 00011/2017
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF - Art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93.

O proponente acima qualificado, sob penas da Lei e em acatamento ao disposto no Art. 7º inciso XXXIII da Constituição Federal, Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, declara não possuir em seu quadro de pessoal, funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho; podendo existir menores de quatorze anos na condição de aprendiz na forma da legislação vigente.

2.0 - DECLARAÇÃO de superveniência de fato impeditivo no que diz respeito a participação na licitação.

Conforme exigência contida na Lei 8.666/93, Art. 32, §2º, o proponente acima qualificado, declara não haver, até a presente data, fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, não se encontrando em concordata ou estado falimentar, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores. Ressalta, ainda, não estar sofrendo penalidade de declaração de idoneidade no âmbito da administração Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, arcando civil e criminalmente pela presente afirmação.

3.0 - DECLARAÇÃO de submeter-se a todas as cláusulas e condições do correspondente instrumento convocatório.

O proponente acima qualificado declara ter conhecimento e aceitar todas as cláusulas do respectivo instrumento convocatório e submeter-se as condições nele estipuladas.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO:
AS DECLARAÇÕES DEVERÃO SER ELABORADAS EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, QUANDO FOR O CASO.

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 00011/2017
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI

PROPONENTE:
CNPJ:

4.0 - DECLARAÇÃO de elaboração independente de proposta.

(identificação completa do representante do licitante), como representante devidamente constituído de (identificação completa do licitante ou do consórcio), doravante denominado (licitante/consórcio), para fins do disposto no item 7.5.1. do Edital do Pregão Presencial nº 00011/2017, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada para participar do Pregão Presencial nº 00011/2017 foi elaborada de maneira independente pelo licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº 00011/2017, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Presencial nº 00011/2017 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº 00011/2017, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº 00011/2017 quanto a participar ou não da referida licitação;

d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Presencial nº 00011/2017 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº 00011/2017 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participação do Pregão Presencial nº 00011/2017 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Cuitegi antes da abertura oficial das propostas; e

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente

OBSERVAÇÃO:
AS DECLARAÇÕES DEVERÃO SER ELABORADAS EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, QUANDO FOR O CASO.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ANEXO III - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00011/2017

MODELOS DA DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE - HABILITAÇÃO

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 00011/2017
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE para habilitação previsto no Art. 4º, Inciso VII, da Lei 10.520/02.

O proponente acima qualificado, declara, em conformidade com o disposto no Art. 4º, Inciso VII, da Lei 10.520/02, que está apto a cumprir plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos no respectivo instrumento convocatório que rege o certame acima indicado.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO:
A DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ELABORADA EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE,
QUANDO FOR O CASO.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO IV - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00011/2017

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº:/2017-CPL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI E, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado a **Prefeitura Municipal de Cuitegi - Rua Nossa Senhora do Rosário, 35 - Centro - Cuitegi - PB, CNPJ nº 08.781.791/0001-46, neste ato representada pelo Prefeito Guilherme Cunha Madruga Junior, Brasileiro, Casado, Autônomo, residente e domiciliado na Rua 7 de Setembro, 41 - Centro - Cuitegi - PB, CPF nº 028.532.434-94, Carteira de Identidade nº 1971848 SSP/PB,** doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado - - - -, CNPJ nº, neste ato representado por residente e domiciliado na, - - - -, CPF nº, Carteira de Identidade nº, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO:

Este contrato decorre da licitação modalidade Pregão Presencial nº 00011/2017, processada nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 001/2013, de 29 de Janeiro de 2013, e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO:

O presente contrato tem por objeto: **Locação de veículos e motocicletas destinados a atender Secretarias da Administração Municipal - Cuitegi/PB, exercício de 2017.**

Veículo tipo: - Placa: -

Os serviços deverão ser prestados de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta, instruções do Contratante e do instrumento convocatório Pregão Presencial nº 00011/2017, partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$... (...). Representado por: x R\$, conforme relação abaixo:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
xxx	xxx	xxx	xxx	0,00	0,00
				Total	0,00

O valor acima indicado está incluído o custo com combustível e motorista, que ficará a cargo do Contratado, com exceção dos itens: 03, 04, 05, 06, 07, 09, 10, 12 e 14 que as despesas com combustíveis ficaram por conta da PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO:

Os preços contratados são fixos pelo período de um ano, exceto para os casos previstos no Art. 65, §§ 5º e 6º, da Lei 8.666/93.

Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 65, Inciso II, Alínea d, da Lei 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Locador.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

ORÇAMENTO DE 2017 - RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO DE CUITEGI/FEDERAIS (RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO/RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE/RECURSOS ORDINÁRIOS/TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNDE/ TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNAS/ TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS/TRANSFERÊNCIA DO FUNDEB - OUTRAS) -
20.200 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - 04.122.1002.2005 - ELEMENTOS DE DESPESAS: 339036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA E 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; 20.300 - SECRETARIA DE FINANÇAS - 04.123.1002.2006 - ELEMENTOS DE DESPESAS: 339036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA E 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; 20.400 - SECRETARIA DE AGRICULTURA - 20.601.1002.2010 - ELEMENTOS DE DESPESAS: 339036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA E 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; 20.600 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA -
12.361.0008.2013/12.361.0008.2014/12.361.1002.2015/12.366.0008.2018/12.361.0008.2025 - ELEMENTOS DE DESPESAS: 339036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA E 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; 20.700 - SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS - 15.451.1002.2027 - ELEMENTOS DE DESPESAS: 339036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA E 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; 20.900 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL - 08.244.1002.2037 - ELEMENTOS DE DESPESAS: 339036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA E 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; 21.000 - SECRETARIA DE TRANSPORTES - 26.782.1002.2042 - ELEMENTOS DE DESPESAS: 339036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA E 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; 40.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE -
10.301.0004.2059/10.301.0004.2069 - ELEMENTOS DE DESPESAS: 339036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA E 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; 40.001 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO - 10.301.1002.2078 - ELEMENTOS DE DESPESAS: 339036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA E 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado na Tesouraria do Contratante, mediante processo regular, da seguinte maneira: Mensal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS:

O prazo de vigência do presente contrato será determinado: 9 (nove) meses, considerado da data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- a - Efetuar o pagamento relativo a prestação dos serviços efetivamente realizados, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;
- b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel fornecimento ou prestação dos serviços contratados;
- c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
- d - Informar o Contratado da necessidade de manutenção e/ou reparo corretivo do veículo, observadas as normas do respectivo fabricante constantes do manual de manutenção correspondente, o qual não deverá ser utilizado caso haja irregularidade.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- a - Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
- d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f - Não ceder, transferir ou sub-contratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- g - Manter o veículo equipado de acordo com as exigências do Código Nacional de Trânsito;
- h - Efetuar os serviços de manutenção corretiva e preventiva do veículo. No caso de ser comprovada, mediante laudo técnico ou equivalente, a utilização irregular do veículo, seja por imperícia, excesso de passageiros, condução em estradas impróprias, entre outros que caracterizem o seu uso indevido, todos os custos decorrentes dessas ocorrências, ficarão a cargo do Contratante, cujos serviços deverão ser executados em oficina especializada;
- i - Substituir imediatamente o veículo por outro equivalente, caso não tenha condições de ser utilizado no serviço;
- j - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
- h - O veículo utilizado para o transporte de estudantes deverá afixar nas laterais do veículo: **TRANSPORTE DO ESCOLAR**, nas cores e padrões do FNDE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO:

Este contrato poderá ser alterado, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Artigo 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal 8.666/93.

O Contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES:

A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93: a - advertência; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora contratado; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d - simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93 e na Lei 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Guarabira.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Cuitegi - PB, ... de de 2017.

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

GUILHERME CUNHA MADRUGA JUNIOR

Prefeito
028.532.434-94

PELO CONTRATADO

.....